



**ALFAEJA**  
III Encontro Internacional de Alfabetização  
e Educação de Jovens e Adultos

## **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DA EJA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DA BAHIA**

AMORIM, Antonio - Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia – UN  
Programa de Mestrado em Educação de Jovens e Adultos. Doutorado em Psicologia  
Universidade de Barcelona – Espanha. E-mail: antonioamorim52@gmail.com

LIMA, Jailson Silva - Professor da Rede Estadual - SEC da Bahia - Mestrando  
Profissional em Educação de Jovens e Adultos pela UNEB - Universidade do Estado  
Bahia. Email: jslpedagogo@hotmail.com

SANTANA, Cláudia Silva - Professora da Universidade do Estado da Bahia e da SEC  
Bahia - Mestranda do Profissional em Educação de Jovens e Adultos pela UNEB  
Universidade do Estado da Bahia. [Claudia.bs@uol.com.br](mailto:Claudia.bs@uol.com.br)

### **EIXO 7 – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NA PERSPECTIVA DO MUNDO DO TRABALHO**

#### **RESUMO**

Diante do novo cenário e reformulações, a educação de jovens e adultos no Brasil vem passando por uma reconceituação e requerendo maior espaço nas iniciativas do governo. Assegurar o direito à educação de jovens e adultos pressupõe enfrentar os desafios da contemporaneidade e as exigências de aprendizagem ao longo da vida. Desta forma, este artigo tem por objetivo compreender até que ponto a Política de EJA da Rede Estadual - Educação de Jovens e Adultos: aprendizagem ao longo da vida 2009 é de conhecimento dos professores em uma escola da rede estadual na capital baiana. Para tal fim adotamos uma pesquisa qualitativa cuja abordagem é a análise de conteúdo. Partiu-se da seguinte questão de pesquisa: diante das políticas públicas para a EJA, como a política da EJA 2009 da rede Estadual da Bahia se apresenta no chão da escola para os professores?

**Palavras chave:** Educação de Jovens e Adultos; Políticas Públicas; Política da EJA 2009, Professores

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo traz um estudo reflexivo sobre a EJA no contexto das políticas educacionais empreendidas na Bahia pela Rede Estadual na cidade de Salvador, através da análise da política de EJA - Educação de Jovens e Adultos: aprendizagem ao longo da vida 2009. Tem como problemática principal compreender como a política da EJA 2009 da rede Estadual da Bahia se apresenta no chão da escola para os professores.

O objetivo principal que define a realização da pesquisa é compreender até que ponto a Política de EJA da Rede Estadual - Educação de Jovens e Adultos: aprendizagem ao longo da vida 2009 é de conhecimento dos professores em uma escola da rede estadual na capital baiana, identificando os sentidos e expectativas que os professores atribuem à aquisição e usos da legislação na perspectiva de contribuir com a melhoria da EJA no Estado da Bahia.

Nessa perspectiva, o caminho investigativo é demarcado a partir dos seguintes objetivos específicos: 1) Verificar se os professores da rede estadual de ensino público conhecem a Política de EJA da Rede Estadual - Educação de Jovens e Adultos: aprendizagem ao longo da vida 2009; 2) Verificar se o governo do estado divulgou e preparou os professores da rede para conhecê-la; 3) Fazer com que a Política de EJA da Rede Estadual - Educação de Jovens e Adultos: aprendizagem ao longo da vida 2009 chegue ao conhecimento do maior número de professores que não a conhecem.

Trata-se então de um estudo importante porque além de possibilitar um debate acerca das concepções de educação, princípios metodológicos, formação do educador, estrutura curricular, desafios a serem enfrentados pela EJA e orientações para o acompanhamento da aprendizagem, este trabalho pretende contribuir para a formulação das propostas para a EJA, que visem a elaboração de políticas públicas, que sirvam para que os professores e os gestores identifiquem temas próprios, observando a realidade e a necessidade de estudo destes temas, para selecionar os conteúdos das diferentes áreas do conhecimento e das disciplinas que irão aprofundar e concretizar uma educação que atenda as reais necessidades dos sujeitos da EJA, com vistas à materialização das intenções expressas nas diretrizes legais.

A organização do artigo consta desta introdução, do percurso metodológico, da compreensão sobre as políticas da EJA da rede estadual de ensino, das visões apresentadas pelos professores sobre políticas públicas e as considerações finais.

## **PARA COMPREENDER AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EJA, ATUALMENTE**

Impulsionado certamente pelos movimentos sociais e pela necessidade de mudança de regime político nas décadas de 1960-70, o Brasil promoveu o processo de redemocratização, o qual possibilitou a conquista de direitos políticos e sociais. Alinhado às proposições desses movimentos, o estado brasileiro vem promovendo uma reestruturação no sistema educacional e nas políticas educacionais. Assim, entendemos que na condição de direito social, a educação é compreendida enquanto compromisso a ser compartilhado entre o Estado e a Sociedade. Conforme assegurado na Constituição Federal de 1988 no artigo 205, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

No artigo 206 da Constituição Federal fica destacado que o ensino será ministrado com base em princípios de igualdade de condições, para o acesso e permanência na escola e a garantia de um padrão de qualidade do ensino. O artigo 208 estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurando inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria, sendo que este direito é reafirmado na Lei nº 9.394/1996 com a obrigatoriedade e gratuidade, no ensino fundamental e a progressiva universalização para os demais níveis e modalidades de ensino.

De outra parte, as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação aprovadas pela Lei nº 10.172, de 09/01/2001, segundo Novaes (2007), integra o arcabouço de orientações destinadas às políticas e aos compromissos nacionais e internacionais que o Brasil almeja em determinadas matérias. Apresentam destaques quanto à elevação global do nível de escolaridade da população; melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis e redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência com sucesso na educação pública.

Considerando os diferentes e principais elementos que interferem na conjuntura da educação, Vieira (2008, p. 106-107), adverte que:

[...] a qualidade de um sistema educacional resulta de um complexo conjunto de fatores que estão presentes, desde elementos mais objetivos como aspectos materiais relativos ao provimento de serviços (prédios, equipamentos e livros), a outros menos tangíveis (liderança da equipe dirigente, motivação da comunidade escolar)”.

Dessa forma, a melhoria dos indicadores educacionais torna-se uma exigência do desenvolvimento nacional para superação das desigualdades sociais e educacionais, em função do destaque que o tema vem recebendo através dos programas e projetos governamentais e da sociedade civil organizada. Essa melhoria ganha especial conotação a partir dos sistemas de avaliação adotados no Brasil. No Estado da Bahia, por exemplo, temos a Política da EJA 2009 a qual iremos descrever nos concentrando no próximo tópico que trás as orientações para o acompanhamento da aprendizagem e onde descreveremos um pouco da história da questão do sistema de avaliação no Brasil e o que reza essa Política a respeito do tema.

### **POLÍTICA DE EJA DA REDE ESTADUAL - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: NO PROJETO APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA - 2009.**

A Secretaria da Educação do Estado da Bahia, por meio da portaria nº 13.664/083, atualiza e orienta a oferta da educação básica na modalidade da EJA, na rede estadual de ensino, com o documento Política de EJA da Rede Estadual, intitulado Educação de Jovens e Adultos: aprendizagem ao longo da vida, 2009. Seguimos o conceito de Leo Maar (2006) que constata que o homem vivendo em sociedade necessita transformar a realidade, o que já está pronto, pois o mesmo necessita transformar essa realidade que já não é suficiente. Se acreditarmos nisso, se todos que “fazem” a educação acreditassem que a mudança da realidade de sua escola depende desse ato, da necessidade de transformação, não veríamos o caos e a mesmice que se encontra o ensino nas Escolas Públicas, principalmente, nas classes da EJA. Até mesmo o governo esteve pensando em mudança, tem-se como exemplo, a Proposta de Política da EJA de 2009, da Secretaria de Educação da Bahia, que apostava na EJA, Educação de Jovens e Adultos - Aprendizagem ao longo da vida, que foi resultado de um trabalho participativo e comporta as orientações para a reestruturação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Rede Estadual de Educação. A Proposta expressa o seguinte:

O material aqui apresentado é fruto da escuta dos principais sujeitos da EJA: educandos (as), educadores, gestores e coordenadores pedagógicos das

Diretorias Regionais de Educação - DIREC, bem como representantes dos diversos segmentos que dão forma ao Fórum Estadual de EJA, quais sejam: Universidades (Universidade do Estado da Bahia - UNEB e Universidade Federal da Bahia - UFBA), Movimentos Sociais (Movimento de Educação de Base – MOVA), Sistema S (Serviço Social da Indústria – SESI), Organização Não - Governamental (Centro de Estudos e Assessoria Pedagógica – CEAP), Gestão Pública (Secretaria de Educação do Estado - SEC/BA e Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC/SSA) Fóruns Regionais de EJA. No percurso da escuta, buscamos construir e partilhar espaços dialógicos por meio de reuniões, seminários, fóruns, encontros, como também realizamos a coleta de dados através de questionários respondidos pelos (as) educandos (as) de diferentes escolas e cursos de EJA, da capital e interior do Estado (SEC, 2009, p.9).

O Documento inicia a sua análise falando da garantia do direito dos Jovens e Adultos à Educação Básica, destacando o papel dos sujeitos de direito da EJA, da abrangência da Educação de Jovens e Adultos e, dos compromissos do Estado com a Educação de Jovens e Adultos. O conceito de concepção vai longe e no âmbito da psicologia nos remete à capacidade de entender ou criar uma ideia, um modo de ver ou sentir. De acordo com a filosofia a palavra concepção tem o mesmo significado de elaborar conceitos. Foram criados, então, vários métodos e formas de abordar a educação com concepções tradicionais ou progressistas. Acreditamos que essa nova política da EJA deixou para trás muitas propostas (e não práticas) tradicionais e inova no que diz respeito à sua essência, que é a visão de mundo de quem se quer viver e, com isso, traçar o perfil dos sujeitos para quem se pensa o currículo dentro do espaço escolar. Entendemos então que a concepção de educação que ampara essa nova Política da EJA, no Estado da Bahia, vai trabalhar para que o Estado garanta, assuma e se comprometa com os estudos dos sujeitos de direito da EJA.

Em seguida, na análise da “Garantia do Direito dos Jovens e Adultos à Educação Básica,” fica exposta a proposta pedagógica da EJA que determina como dever do Estado a garantia à Educação Básica “[...] às pessoas jovens e adultas, na especificidade do seu tempo humano, ou seja, considerando as experiências e formas de vida próprias à juventude e a vida adulta” (SEC, 2009, p.11). É necessário levar em consideração os ideários da Educação Popular que engloba a formação técnica, política e social, ficando clara a natureza do currículo da EJA que deve: “ser pautado em uma pedagogia crítica, que considera a educação como dever político, como espaço e tempo propícios à emancipação dos educandos e à formação da consciência crítica e reflexiva e autônoma” ( SEC, 2009, p.11). Tudo isso como compromissos do Estado de manter, dentro de um fazer coletivo, um diálogo aberto com os próprios alunos da EJA, com educadores e educadoras dessa modalidade de ensino.

A Proposta não delimita quem são os sujeitos de direito da EJA, porém nos dá exemplos claros desses sujeitos, que são: brasileiros e brasileiras, trabalhadores e trabalhadoras de atividades formais e informais da cidade e do campo, homens, mulheres, negros, negras; são ainda: domésticas e operários assalariados; mães, pais, avós, pessoas que lutam pela comunidade onde vivem etc. Porém, o documento alerta, usando Miguel Arroyo, que “[...] os jovens-adultos populares não são acidentados ocasionais que, gratuitamente, abandonaram a escola. Esses jovens e adultos repetem histórias longas de negação de direitos. Histórias que são coletivas. As mesmas vivenciadas por seus pais e avós; por sua raça, gênero, etnia e classe social”. (ARROYO, 2005, p.30).

Para a organização da Rede e garantia de direitos dos educandos, a SEC/BA estabeleceu três critérios que garantem a matrícula do aluno no seguimento seguinte quando estiverem em fase de conclusão, orientar as escolas para que ofereçam turmas específicas para alunos com idade acima dos 14 anos que trabalham para garantir a sobrevivência e só podem estudar à noite e, por fim, orienta as escolas que não conseguirem formar essas turmas específicas para adolescentes com idade acima de 14 anos, a comunicar à DIREC e esta deve autorizar a inserção ou permanência do(a) aluno(a) na EJA.

Nos compromissos do Estado com a Educação de Jovens e Adultos, a Proposta reitera todos os princípios e garantias descritas anteriormente neste documento da política de educação da EJA do Estado da Bahia. Na íntegra, seguem os sete compromissos que devem ser assumidos pelo Estado:

1. Inserir a EJA no campo de Direitos Coletivos e de Responsabilidade Pública.
2. Assumir a Política de EJA na atual política do Estado, definida no documento Princípios e Eixos de Educação na Bahia.
3. Assegurar a EJA como oferta de educação pública de direitos para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas experiências de vida e de trabalho, garantindo as condições de acesso e permanência na EJA, como direito humano pleno que se efetiva ao longo da vida.
4. Fazer a opção político-pedagógica pela Educação Popular, pela Teoria Psicogenética que explica a construção do conhecimento, e pela Teoria Progressista/Freireana (à luz da visão do ser humano integral e inacabado).
5. Adotar os seguintes Eixos Temáticos: a identidade, o trabalho, a cultura, a diversidade, a cidadania, as diversas redes de mobilização social e a Pedagogia da Libertação.
6. Garantir o princípio básico de que todo ser humano tem direito à formação na especificidade de seu tempo humano, assegurando-lhe outros direitos que favoreçam a permanência e a continuidade dos estudos.
7. Respeitar e implementar os princípios pedagógicos tão caros à Educação Popular e, conseqüentemente, à EJA, quais sejam: o fazer junto, a dialogicidade e o reconhecimento dos saberes dos educandos (SEC, 2009, p. 14)

Os princípios teórico-metodológicos da EJA devem estar em consonância com a concepção construída para a EJA na Rede estadual de ensino, tendo uma estrutura curricular dos Tempos Formativos da EJA direcionando a realização do trabalho coletivo e o respeito às especificidades da vida dos coletivos de jovens e adultos. Resumidamente os princípios são os seguintes:

1. O reconhecimento dos professores e alunos como protagonistas do processo; 2. Reconhecimento e valorização do amplo repertório de vida dos sujeitos da EJA; 3. Processos pedagógicos que acompanhem a formação humana do sujeito da EJA; 4. Construção em conjunto de um currículo que contemple as diversidades; 5. Metodologia que contemple as condições de vida do sujeito da EJA sempre relacionado ao mundo do trabalho dando ênfase no aprender a conhecer e o fazer fazendo; 6. Tempo pedagógico específico que garanta o acesso, a permanência e a continuidade dos tempos de formação; 7. Material didático adequado a este tempo de educação; 8. Processo de aprendizagem, socialização e formação que respeite a diversidade de vivências, idades, saberes e valores; 9. Acompanhamento do tempo formativo dentro de um processo dialógico e reorientação do trabalho educativo; 10. Garantia a EJA para o diurno; 11. Matrícula permanente; 12. Efetivação da inclusão da EJA no PPP da escola; 13. Construção e formação de professores específicos para trabalharem na EJA. (SEC, 2009, pp. 15,16)

Para completar esse quadro de fundamentação, em seguida, o Brasil participa do Programa Internacional para Avaliação de Estudantes (PISA) (Programme for International Student Assessment), da Avaliação Trienal da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Laboratório Latinoamericano de Evaluación de La Calidad de la Educación (LLECE). Essas avaliações objetivam avaliar os estudantes em conhecimentos de Leitura, Matemática e de Ciências em seu contexto social e os resultados obtidos confirmam as carências qualitativas da educação básica ofertada e uma distância muito grande do desempenho apresentado pelo conjunto de países desenvolvidos, no entanto se faz necessário analisar as conjunturas e contextos locais, os critérios eleitos para tabulação dos dados, as desigualdades sócio econômicas de cada região/estado, os fatores condicionantes que impactam os índices de desenvolvimento humano.

Estudos realizados por Castro (2000), concluem que indicadores como promoção, repetência, abandono escolar, distorção idade-série e, sobretudo, de aprendizagem, embora tenham apresentado tendência sistemática de melhoria na maioria dos estados brasileiros, sobretudo na segunda metade dos anos 90, delineiam um quadro de profundas desigualdades regionais. Algumas até mais acentuadas que o quadro observado no início da década de 2010.

Conforme o Relatório de Monitoramento da Educação para Todos de 2008, a escolarização líquida - taxa de frequência à escola no nível adequado - constitui importante indicador da eficiência do sistema educacional, por ser resultado da progressão dos alunos nas séries e níveis, ou seja, do fluxo escolar. A falta de progressão é evidenciada pelos reduzidos indicadores de desempenho, na medida em que os alunos avançam no ensino fundamental.

Na perspectiva de Vieira (2000), a consequência imediata da reprovação e do abandono é a ampliação da distorção idade-série, que por sua vez, alimenta o fenômeno, criando um ciclo vicioso, com resistências às mudanças. Essa situação vem sendo desvendada pelos resultados da Provinha Brasil, Prova Brasil e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) apresentados pela maioria das escolas brasileiras. Isso pode revelar o baixo desempenho e suscitar o debate sobre o fracasso escolar e a distorção idade-série.

Em função das considerações apresentadas, podemos compreender que o fracasso escolar e a consequente exclusão ainda permanecem acentuados, no sistema educacional brasileiro. É importante reconhecer a necessidade de políticas educacionais mais consistentes com centralidade na efetividade do aprendizado escolar, ao assegurar a permanência, promoção e prosseguimento de estudos, sobretudo dos sujeitos da EJA.

## **METODOLOGIA**

Esse trabalho se propõe a utilizar a metodologia de análise de dados qualitativos, geralmente denominada análise de conteúdo que vem sendo amplamente difundida e empregada a fim de analisar os dados qualitativos ou quantitativos de um trabalho científico. A análise de conteúdo consiste numa técnica de análise de dados popularizada por Laurence Bardin (1977), que se insinua em trabalhos de natureza dialética, fenomenológica e etnográfica, além de outras. Segundo Olabuenaga e Ispizúa (1989 *apud* MORAES, 1999), “[...] a análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessível.”

O lócus da pesquisa foi o Colégio Estadual Góes Calmon, em Salvador, estado da Bahia. Trata-se de uma instituição de ensino que começou as suas atividades educacionais ofertando o ensino fundamental da primeira à quarta série de curso ginásial, com quatro salas no prédio do Juizado de Menores (Escola de Menores), em Pitangueiras, no bairro de Brotas.



Selecionamos seis professores como sendo os sujeitos da pesquisa. A pesquisa foi feita com seis educadores, sendo que utilizamos um questionário, composto por questões apresentadas por escrito aos participantes, objetivando o testemunho dos mesmos, também, por escrito, sobre a Política da EJA 2009. O questionário foi elaborado com perguntas fechadas e abertas, segundo Cervo & Bervian (2002, p. 48 apud OLIVEIRA, 2011), o questionário “[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”.

### **Visões apresentadas pelos professores sobre Políticas Públicas**

Com vistas a responder ao problema e aos objetivos que a pesquisa do artigo se propôs, os dados coletados previamente foram analisados, por meio da análise categorial que conforme Bardin (2010) consiste no desmembramento do texto em categoriais agrupadas analogicamente. Neste sentido, foram contempladas as categorias iniciais que se configuram como as primeiras impressões acerca da realidade organizacional estudada. Resultaram do processo de codificação das entrevistas transcritas, um total de três categorias: Educação de Jovens e Adultos, Políticas públicas, Políticas da EJA. Cada categoria constitui-se dos trechos selecionados das falas dos entrevistados e, também, conta com o respaldo do referencial teórico.

As primeiras categorias foram criadas e nomeadas em conformidade com os dados que as constituíram, infere-se aqui a subjetividade do pesquisador ao conceder a identificação das categorias.

<b>Categoria Inicial</b>	<b>Conceito norteador</b>
1- Políticas Públicas	Relata a institucionalização deste processo.
2- Política da EJA 2009	Evidencia a série de programas formativos e Projetos desenvolvidos internamente.
3- Educação de Jovens e Adultos	Evidencia a percepção dos entrevistados acerca da vivência dessa modalidade e da vontade de querer saber mais sobre.

Figura 01: Categorias iniciais

Fonte: Elaborado pelos autores.

Após a descrição das categorias iniciais, sistematizamos ou situamos, em um só quadro, as respostas dos entrevistados categorizadas conforme as nossas concepções de cada uma delas relacionadas às respostas dos professores.

### CATEGORIAS

<b>Participantes</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Política da EJA 2009</b>	<b>Professor da EJA</b>
Prof 1	“Por está na direção da escola e termos o curso da EJA em nossa EU, faz-se necessário um conhecimento maior”.	Não conhece, mas gostaria de conhecer para maiores informações acerca da temática.	Sim
Prof 2	“As políticas são citadas pelos diretores e coordenadores, mas não colocadas à disposição do professor”.	Sim, conhece desde 2002-2009. Através da Escola Estadual Santa Rita.	Sim
Prof 3	“Através de professores que ensinaram nas escolas que participam desta política educacional”.	Sim, conhece, mas não se recorda exatamente, diz ter uns 5 anos. Através de amigos.	Sim
Prof 4	“Através do portal da SEC-BA”	Sim, conhece desde quando foi instituída em 2009. Através do Portal da SEC.	Sim
Prof 5	“Através do Portal do Servidor do Estado da Bahia e das atividades	Não conhece, mas acha importante conhecer para se manter informado	Sim

	promovidas pelo Estado”.	atualizado.	
Prof 6	“No curso de Especialização Metodologia para o Ensino Profissional – UNEB houveram várias leituras e discussões de textos acadêmicos sobre o EJA, além de reuniões na unidade escolar onde atuo – Centro Estadual Navarro de Brito”.	Não conhece, mas gostaria de conhecer porque é professor da EJA e acredita ser importante para a sua atuação enquanto professor.	Sim

Figura 2: As respostas dos professores foram transcritas na íntegra

## RESULTADOS

Perguntamos aos professores, na questão 1, se conhecem o documento oficial do Governo do Estado da Bahia intitulado: Política de EJA da Rede Estadual - Educação de Jovens e Adultos: aprendizagem ao longo da vida 2009?, dos 6 professores, 3 disseram SIM e 3 disseram NÃO. Em seguida, na questão 2, solicitamos que respondessem, em relação à pergunta anterior, caso a resposta fosse “SIM”, quando e onde a conheceu? O **Prof 2** disse sim, que conhece desde 2002-2009. A resposta desse mesmo professor não está clara, pois a Política é de 2009 e o docente respondeu 2002-2009. Disse ter conhecido através da Escola Estadual Santa Rita. O **Prof 3** disse que sim, mas não se recorda exatamente, diz ter uns 5 anos, através de amigos. O **Prof 4** respondeu sim, conhece desde quando foi instituída em 2009 pelo portal da SEC.

Sobre a questão 3, ainda em relação à questão 1, perguntamos: caso a resposta à questão 1 fosse “NÃO” se gostariam de conhecê-la e o porquê. O **Prof 1** disse não conhecê-la, porém gostaria para obter maiores informações acerca da temática. O **Prof 5** não a conhece, mas gostaria de conhecer, pois acha importante para manter-se informado e

atualizado. O **Prof 6** disse não conhecer, mas gostaria porque é professor da EJA e acredita ser importante para a sua atuação enquanto professor.

Em relação à questão 4, aberta, perguntamos: Geralmente, durante todo o período de sua atuação na(s) escola(s) do Estado da Bahia como você tomou ou toma conhecimento das políticas do Governo do Estado da Bahia em relação à EJA? O **Prof 1** informou que toma conhecimento das políticas do governo por estar na direção da escola e ter o curso da EJA em sua EU. Acrescenta que faz-se necessário um conhecimento maior sobre o tema. O **Prof 2** respondeu que as políticas são citadas pelos diretores e coordenadores, mas não colocadas à disposição do professor. O **Prof 3** diz que só as conhece através de professores que ensinaram nas escolas e que participam desta política educacional. O **Prof 4**, conhece-as através do Portal da SEC-Ba. Já o **Prof 5** através do Portal do Servidor do Estado da Bahia e das atividades promovidas pelo Estado. O **Prof 6** diz que no curso de Especialização em Metodologia para o Ensino Profissional – UNEB houve várias leituras e discussões de textos acadêmicos sobre a EJA, além de reuniões na unidade escolar onde atua - Centro Estadual Navarro de Brito.

Com a intenção de evidenciar de forma sistemática a construção progressiva das categorias de análise que emergiram através da coleta de dados, que o estudo apresentado se propôs, com limitações deste estudo, tornou-se desafiador reproduzir os resultados individuais das categorias de análise. Observamos com o estudo que 50% dos professores conheciam a Política e os outros 50% não conheciam. Esse empate para nós é satisfatório, porém não suficiente, pois as diretrizes da Política são viáveis para o Ensino e Aprendizagem na modalidade EJA. Se a mesma é viável, então a sua eficiência seria certa se não encontrássemos impasses no que diz respeito à sua prática. Espera-se fomentar em outros pesquisadores o interesse pelo tema e incentivar a SEC a avaliar os processos de implementação da política de EJA com o objetivo de atingir o maior número possível de professores, coordenadores e diretores fazendo com que os mesmos se comprometam a difundir e estudar com os colegas de trabalho a Política com discussões voltadas para a melhoria dos processos pedagógicos desenvolvidos na mesma, pois todos tem que entender que:

A EJA tem que ser uma modalidade de educação para sujeitos concretos, em contextos concretos, com histórias concretas, com configurações concretas. Sendo que, qualquer tentativa de diluí-los em categorias muito amplas os desfigura. A EJA tende a configurar-se, cada vez mais, como um projeto de educação popular dos jovens e adultos jogados à margem da sociedade. Daí, que a EJA continua tendo sentido enquanto política afirmativa desse coletivo

cada vez mais vulnerável. Não poderá ser diluída em políticas generalistas. Em tempos, em que essa configuração dos jovens e adultos populares, em vez de se diluir, está se demarcando, cada vez com mais força, a EJA tem de assumir-se como uma política afirmativa com uma marca e direção específica. (ARROYO, 2007. p. 7.)

Os resultados apresentam na concretização de uma educação que atenda as reais necessidades dos sujeitos da EJA, com vistas à materialização das intenções expressas nas diretrizes legais, identificamos a necessidade de adequação e provimento do material didático que traga os princípios básicos da legislação analisada neste estudo, utilização de metodologias apropriadas, conforme Documento da SEC, consideram-se Temas Geradores como conhecimentos primeiros, indicados como possibilidades de Estudo e não como imposições, neste aspecto não foi observado no lócus da pesquisa no momento da entrevista, bem como, necessita e se faz necessário uma maior apropriação por parte dos professores das diretrizes da proposta pedagógica dos cursos em processo de implementação da lei em análise.

Finalmente os resultados apresentados caminham no sentido de tecer um debate sobre o panorama da legislação (2009) para a EJA no âmbito da rede Estadual, o lugar da lei na instituição escolar e o papel que esta assume no cotidiano dos professores da rede. Fica evidente que diante das políticas públicas e educacionais para a EJA, tendo como referencia a política da rede estadual – aprendizagem ao longo da vida 2009, esta se apresenta no chão da escola em descompasso entre os desejos e necessidades que os professores da EJA nos traz na entrevista em referência ao domínio do conhecimento, das diretrizes, das competências no âmbito pedagógico, estrutural, operacional e da gestão na Educação de Jovens e Adultos.

## **Considerações Finais**

A partir da análise de alguns aspectos do contexto das reformas educativas e da política educacional baiana, constatamos que a educação de jovens e adultos vem avançando no ordenamento normativo num movimento que visa assegurar o direito aos sujeitos que demandam esta modalidade de ensino. Com o estudo respondemos ao nosso problema, pois percebemos que os 6 participantes creem ser importante conhecer, não só a política educacional local, mas as políticas públicas que envolvem a EJA de uma forma geral. Percebemos que, mesmo os que responderam “não” para a primeira questão, as políticas públicas para a EJA, apresenta-se de uma grande importância no chão da escola para os professores.

Em relação ao objetivo de compreender até que ponto a Política de EJA da Rede Estadual - Educação de Jovens e Adultos: aprendizagem ao longo da vida 2009 é de conhecimento dos professores em uma escola da rede estadual na capital baiana, percebemos que houve um empate na pergunta direta se conheciam ou não, porém, podemos ver nas respostas abertas que os professores estão atentos querendo conhecer essa Política para manterem-se informados, atualizados ou para melhorar a atuação em sala de aula.

Na concretização de uma educação que atenda as reais necessidades dos sujeitos da EJA, com vistas à materialização das intenções expressas nas diretrizes legais, identificamos a necessidade de adequação e provimento do material didático, utilização de metodologias apropriadas, bem como uma maior apropriação por parte dos professores das diretrizes da proposta pedagógica das políticas públicas de ensino aprendizagem da EJA em processo de implementação. Com isso, concluímos que as questões da EJA estão em processo de discussão, mobilização e atuação por professores e movimentos da sociedade civil organizada e fóruns de EJA. Compreende-se que em detrimento de avanços da legislação e das ações das políticas educacionais, a situação é de constante reivindicação frente à necessidade de reposicionar essa modalidade na pauta da educação básica.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens adultos populares?. Revista de Educação de Jovens e Adultos, V. I; 2007. Disponível em: Acesso em 2 de Novembro de 2013 B.

BAHIA. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 138/2001. Diretrizes para Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Sistema de Ensino do Estado da Bahia. Salvador: SEC, 2001.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa, Edições 70, 1977.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer CNE/CEB n. 11/2000. Brasília. 10 mai.2000.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394/96. Brasília, 20 dez.1996.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

CASTRO, M. H. G. de. As desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro. In: Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: INEP, 2000, p.425-458. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/desigualdadeepobrezabrasil>. Acesso em 20 nov.2008.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa; RIBEIRO, Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.

LEO MAAR, Wolfgang. O que é política. Coleção Primeiros Passos 54. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação. Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NOVAES, Ivan Luiz. Políticas públicas e planejamento educacional. In: NASCIMENTO, A. D. Desenvolvimento sustentável e tecnologias da informação e comunicação. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 61-76.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011.

SEC - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. Política de EJA na rede estadual. EJA, Educação de Jovens e Adultos - Aprendizagem ao longo da vida. 2009.

SILVA, Andressa Hennig,; FOSSÁ, Maria Ivete. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. Brasília, DF: 2013.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em: <http://www.brasilia.unesco.org> Acesso em 19.mar.2009

\_\_\_\_\_. Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos e Plano de Ação para o Futuro. V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. Hamburgo, Alemanha, 14-18 jul.1997.

\_\_\_\_\_. O Marco da Ação de Dakar. Educação para Todos: atingindo nossos compromissos coletivos. Cúpula Mundial de Educação. Dakar, Senegal: 26-28.abr.2000.

\_\_\_\_\_. Relatório de monitoramento de educação para todos Brasil 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta? Brasília: UNESCO, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche. Educação básica: política e gestão da escola. Fortaleza: Liber Livro, 2008, p. 106-107.

